

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.014 - RS (2016/0315629-3)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : LOJAS COLOMBO S/A COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS**  
**ADVOGADOS : PAULO DE MELLO ALEIXO - RS004639B**  
**JÚLIO CÉSAR BECKER PIRES E OUTRO(S) - RS038089**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Lojas Colombo S.A. Comércio de Utilidades Domésticas, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ, fl. 252):

TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. CREDITAMENTO. LEIS N. 10.637/2002 E 10.833/2003. NÃO-CUMULATIVIDADE. ART. 195, § 12, DA CF. IN SRF 247/02 e 404/04. EXPLICITAÇÃO DO CONCEITO DE INSUMO. BENS E SERVIÇOS EMPREGADOS OU UTILIZADOS DIRETAMENTE NO PROCESSO PRODUTIVO.

1. Deve-se entender como insumos, para fins de creditamento e dedução dos valores da base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS (arts. 3º, II, da Lei n. 10.637/2002, e 3º, II, da Lei n. 10.833/2003, respectivamente) apenas os elementos com aplicação direta na elaboração do produto ou na prestação do serviço.

2. As despesas relativas às taxas pagas a administradoras de cartão de crédito e cartão de débito consistem em despesas operacionais da empresa, e não em bens e serviços que se incorporam aos bens produzidos e comercializados.

3. A IN SRF n. 247/02 (PIS) e a IN SRF n. 404/04 (COFINS) estão em sintonia com as Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003.

É o relatório.

A questão jurídica referente à inclusão dos valores retidos pelas administradoras de cartões na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS devidas por empresa que recebe pagamentos por meio de cartões de crédito e débito teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal:

Tema 1024 - Inclusão dos valores retidos pelas administradoras de cartões na base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS devidas por empresa que recebe pagamentos por meio de cartões de crédito e débito.

Nesse contexto, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este Tribunal Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no

# Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015:

Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.

Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

Cumprido esclarecer que, somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, o apelo nobre deverá ser encaminhado, em sua totalidade, para este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator